

**O CARÁTER ONTOLÓGICO DO TRABALHO:  
IMPLICAÇÕES PARA A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO**

*The ontological character of work:  
implications for the relationship work and education*

QUARESMA, Adilene Gonçalves<sup>1</sup>  
MENEZES NETO, Antonio Julio de<sup>2</sup>

**RESUMO**

O artigo tem por objetivo apresentar a análise das implicações da compreensão do caráter ontológico do trabalho para a relação trabalho-educação. O referencial teórico compreende os conceitos de trabalho em Marx e a discussão sobre a ontologia marxiana do ser social de Lukács. O texto resulta da pesquisa bibliográfica realizada no Doutorado sobre a relação trabalho-educação no Projeto Político-Pedagógico do MST em escolas de assentamentos em Minas Gerais, concluída em fevereiro de 2011. A abordagem é feita a partir dos seguintes tópicos: o caráter ontológico do trabalho: do ser natural ao ser social – sociabilidade, cultura e história; e o debate sobre a centralidade do trabalho e a prioridade ontológica do trabalho – sua contribuição para o processo de formação. A análise realizada levou a concluir que, como atividade que se constitui como mediação de primeira ordem entre homem-natureza, a partir desta outras mediações se estruturam e, portanto, a necessidade de compreendê-la no contexto educacional.

**Palavras-chave:** Trabalho-educação; Caráter Ontológico do Trabalho; Práxis Social.

**ABSTRACT**

This article aims to present the analysis of the implications of the understanding of the ontological character of the work for the relationship between labor and education. The theoretical framework includes the concepts of labor in Marx and the discussion on the marxist ontology of social being of Lukács. The text resulting from the bibliographic research performed in the Doctoral Program on the relationship between labor and education in the Political-Pedagogical Project of the MST in the schools of settlements in the state of Minas Gerais, completed in February 2011. The approach is made from the following topics: the ontological character of the work: to be natural to

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela UFMG, Mestre em Tecnologia pelo CEFET-MG e Professora no curso de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, do Centro Universitário UNA e no curso de Pedagogia da Faculdade da Cidade de Santa Luzia – FACSAL. E-mail: [adilenequaresma@gmail.com](mailto:adilenequaresma@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor de Sociologia da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – Fae/UFMG, Sociólogo pela UFMG, Mestre em Extensão Rural pela UFV, Doutor em Educação pela USP e Pós-Doutor em Sociologia pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: [antonioenezes02@gmail.com](mailto:antonioenezes02@gmail.com).

be social - sociability, culture and history; and the debate on the centrality of work and the ontological priority of work - their contribution to the process of formation. The analysis led to the conclusion that as an activity which is as mediation of first order between man and nature, and from that other mediations are structured and, therefore, the need to understand it in the educational context.

**Keywords:** Work-education; Ontological Character of the Work; Social Practice.

## INTRODUÇÃO

A análise da atividade de trabalho que aqui se propõe busca entendê-la como parte do processo de constituição da sociabilidade humana, considerando suas dimensões positiva e negativa, uma vez que em todos os modos de produção estas duas dimensões sempre estiveram presentes.

Porém, é no modo de produção capitalista que o trabalho reveste-se de uma intensa negatividade a partir do momento que o trabalhador passa a vender a sua força de trabalho, tornando-se esta uma mercadoria, pois de uma atividade de trabalho, esta se transforma em meio de produção, em mercadoria, que sofrerá divisão no interior do processo produtivo e na sociedade em geral. Segundo Marx (1980), a visão capitalista de trabalho produtivo tem por referência a produção de mercadoria e de mais-valia, sendo que:

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz o capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada, o que restitui mais trabalho ao que recebe na forma de salário. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio (MARX, 1980, p.132).

Porém, a sua concepção de trabalho considera que, no mesmo o homem

[...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2002, p.211).

Nessa análise marxiana de trabalho, este é um processo de transformação da natureza pelo homem que também se transforma ao imprimir suas capacidades físicas e intelectuais na tentativa de dar utilidade aos recursos da natureza para a vida humana.

Tal questão reveste de positividade a categoria trabalho, pois engloba a possibilidade de transformação pelo homem dos recursos da natureza para fins úteis à vida humana, além da possibilidade de utilização de suas capacidades físicas e intelectuais nesse processo. Pode-se afirmar que tal positividade da categoria trabalho, independente da forma de organização da

produção e das relações de trabalho, persiste, mesmo na produção capitalista, pois existe em algum momento, no processo de trabalho, esta possibilidade de uso de suas forças físicas e intelectuais para a transformação dos recursos da natureza.

O processo de transformar a natureza não só cria novos espaços, produtos, objetos, mas fatos, relações sociais, histórias, processos de mudança no mundo, novas técnicas, tecnologia. É a partir do ato de interagir com o meio natural e social que as transformações se dão, as técnicas são aprimoradas, tecnologias são desenvolvidas, e novos conhecimentos são construídos. O ato de trabalhar é, ao mesmo tempo, o ato de produzir ideias, conhecimentos, técnicas, tecnologias.

As transformações realizadas pelo homem no mundo se deram e se dão, tendo em vista a sua sobrevivência neste mundo e, para tal, o homem tem que transformar a natureza e a sociedade. Nesse processo o homem faz história, tanto a história da natureza, como a da sociedade, dos objetos, da ciência, da tecnologia e a sua própria sofrem modificações em função do ato de agir sobre a natureza e a sociedade para transformá-la em função da sua sobrevivência.

Trabalhar, então, é criar, inventar, produzir, descobrir, pensar, fazer. Atividade que envolve capacidades físicas e intelectuais e pressupõe, para a sua boa qualidade, um bom estado emocional.

Portanto, é a partir dessa perspectiva de compreensão e análise da categoria trabalho e buscando em Marx (1974, 1980, 2002) e Lukács (1979) o entendimento da contribuição do trabalho no processo de sociabilidade humana que são apresentadas neste texto algumas implicações dessa compreensão para a relação trabalho-educação.

#### **O CARÁTER ONTOLÓGICO DO TRABALHO: DO SER NATURAL AO SER SOCIAL – SOCIABILIDADE, CULTURA E HISTÓRIA**

Existe uma unidade homem-natureza-homem que no trabalho, como ação mediadora dessa relação, produz sentidos. Marx (1974) diz que o homem é imediatamente um ser natural e como ser natural vivo está em parte dotado de forças naturais, de forças vitais, sendo, portanto, um ser natural ativo; sendo que estas forças existem, como disposição e capacidades, como instintos. Por ser natural, corpóreo, sensível e objetivo, é um ser que padece, pois está condicionado e limitado ao que existe exteriormente. Os objetos de seus instintos existem exteriormente e independentes dele, mas são objetos dos quais o homem carece, são objetos imprescindíveis para as suas forças essenciais. Assim, o homem depende da natureza para viver.

Tal dependência não é apenas no que se refere à sobrevivência física, biológica, fisiológica, mas de sentido de vida, de realização pessoal, de humanização, ou seja, “ser objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido, ou inclusive ser objeto, natureza e sentido para um terceiro se equivalem” (MARX, 1974, p.46).

Assim, existe uma relação dependente entre homem-natureza-homem. Marx (1974, p.46) exemplifica essa relação com a fome, que “é a necessidade

(Bedurfnis) confessa que meu corpo tem de um objeto que está fora dele e é indispensável para a sua integração e para a sua exteriorização essencial”, ou seja, sem comida o homem adocece, não vive, não se integra socialmente, não se exterioriza e, no processo de depender da comida, ele não depende somente da natureza, mas dos homens que na relação com a natureza mediada pelo trabalho produzem a comida. Dessa forma, estão sempre em estreita relação de dependência homem-natureza-homem.

Dessa forma, o trabalho como relação homem-natureza-homem, no qual o homem exterioriza criatividade, imaginação, desejos, acionando suas dimensões - física, intelectual, psicológica, social, moral, sentimental, cultural, econômica, política -, comporta e possibilita ao homem não apenas ser natural, mas ser natural humano, “isto é, um ser que é para si próprio e, por isso, ser genérico, que enquanto tal deve atuar e confirmar-se tanto em seu ser como em seu saber”; ou seja, o homem na relação com a natureza humaniza-se e se põe para si e para os outros, atuando e confirmando-se enquanto ser e em seu saber, crenças, valores, desejos ou, segundo o próprio Marx (1974, p.47):

Por conseguinte, nem os objetos humanos são os objetos naturais tais como se oferecem imediatamente, nem o sentido humano, tal como é imediata e objetivamente, é sensibilidade humana, objetividade humana. Nem objetiva nem subjetivamente está a natureza imediatamente presente ao ser humano de modo adequado. E como tudo o que é natural deve nascer, assim também o homem possui seu ato de nascimento: a história, que, no entanto, é para ele uma história consciente, e que, portanto, como ato de nascimento acompanhado de consciência é ato de nascimento que se supera. A história é a verdadeira história natural do homem (MARX, 1974, p.47).

A história configura-se como processo de nascer constante do homem enquanto ser naturalmente social, pois se o mundo natural e o mundo social não se apresentam inicialmente adequados ao homem, cabe a este a partir da atividade do trabalho, que ao longo da história da humanidade transforma natureza e homem, nascer dia a dia, tentando adequar a natureza e a sociedade a seus interesses.

Nesse sentido, a contribuição de Lukács para essa discussão, a partir da obra *Ontologia do ser social – os princípios ontológicos fundamentais de Marx*, não só reforça a positividade da categoria trabalho, como esclarece os princípios ontológicos do ser social a partir da mesma.

O ponto de partida da ontologia marxiana do ser social, segundo Lukács (1979, p.17), tem em primeiro lugar “o ser social – em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica”. Existe, portanto, uma compreensão de um ser individual e social, com vida e sem vida, organizado ou não. E ainda: “Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antíteses que se excluem, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados ‘domínios do espírito’”. E mais:

As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, porém, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho, não podendo ter nenhuma analogia na natureza (LUKÁCS, 1979, p.17).

Em outras palavras, o ser se realiza na práxis social que parte da transformação da natureza pelo trabalho, que o constitui então em ser social.

Ao trabalhar transformamos natureza, construímos coisas, modificamos espaços, relações, situações e pessoas. Nesse processo nos envolvemos e também nos transformamos, nos formamos ou nos deformamos. Os elementos constitutivos da categoria trabalho são: possuir a dimensão teleológica, produzir valor, transformar o meio natural e social e integrar capacidade física e intelectual, mesmo na produção capitalista. Para Lukács (1979, p.17),

com o ato da posição teleológica do trabalho, temos em si o ser social. O processo histórico da sua explicitação, contudo implica a importantíssima transformação desse ser em-si num ser para-si; e, portanto, implica a superação tendencial das formas dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais mais puros, mais específicos.

O pôr teleológico do trabalho configura-se como uma primeira posição teleológica e em torno desta se organiza as outras posições teleológicas: política, cultura, educação, etc.

O interessante nessa proposição de Lukács é que a categoria trabalho não perde sua centralidade, mas esta não se constitui sozinha. Ela configura-se entremeadada de aspectos positivos e negativos, de uma dimensão filosófica e ontológica que determinariam a construção da identidade humana, a realização pessoal do homem. Porém, no contexto do capitalismo, comporta também contradições e disputas dado o interesse do capital no controle da mais-valia, submetendo os trabalhadores a situações nas quais o trabalho se dá em condições precárias, alienantes e em relações de trabalho conflitantes.

Outra questão é que, tomada dessa forma, ou seja, como uma primeira posição teleológica, possibilita uma análise que a integra às outras posições teleológicas, tanto numa dimensão positiva quanto negativa. Nesse sentido, são compreensíveis os relatos abaixo de trabalhadoras que, ao se afastarem do trabalho por estarem com LER,<sup>3</sup> assim se manifestam:

Quando a empresa determinou que eu deveria me afastar, pra mim foi horrível, me arrasou de todas as ordens, tanto emocional, quanto financeira, porque eu gostava daquilo, era como se tivessem me tirado o pão da boca, o ar que eu vivo. (secretária) (GHISLENI; MERLO, 2005, p.174).

Além da referência à sobrevivência e à questão financeira, a trabalhadora se refere à dimensão emocional a qual o trabalho se relaciona ao ponto de, sem ele, lhe ser tirado o sentido de vida ou, em suas palavras, “o ar que eu vivo”.

Trabalho, pra mim, é uma coisa que traz dignidade pra pessoa, faz a pessoa se sentir bem, valorizada. E a dignidade é uma coisa que te eleva. Agora que eu não tô trabalhando, eu me sinto uma inútil, então o trabalho faz a pessoa ser gente, que faz ter sonhos, ideias, vou construir, vou fazer, vou ajudar meus filhos. (trabalhadora de industrialização de alimentos) (GHISLENI; MERLO, 2005, p.173).

---

<sup>3</sup> Segundo Ghisleni e Merlo (2005), as Lesões por Esforços Repetitivos (LER), também conhecidas como Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), ou ainda como Patologias por Hipersolicitação, tornaram-se uma epidemia a partir da entrada nos processos produtivos do modelo de acumulação flexível, da reestruturação produtiva e da terceirização e são alvo de muitos questionamentos.

A dimensão ressaltada aqui é a da realização pessoal, da construção da sua identidade, no sentido de ser gente com sonhos e desejos a serem realizados. Ao não poder mais trabalhar, o sentimento é de inutilidade. Assim, contraditoriamente, o trabalho que lhe possibilita se sentir útil, bem e valorizada é o mesmo trabalho que a levou ao adoecimento, dadas as condições e as relações nas quais este se realiza. Seria então o trabalho enquanto categoria ontológica que perde centralidade ou as formas de organização e as relações de trabalho que, no capitalismo e nas condições que se dão, perdem o seu sentido humanizador? Qual é o nível de consciência que os trabalhadores têm do quanto as condições de trabalho e a forma de organização do trabalho, no capitalismo, têm provocado seu adoecimento? Qual o papel da escola na formação dessa consciência? Aqui, então, aparece a posição teleológica da educação e em dois sentidos, ou seja, o papel da educação, da escola seria apenas o de preparar mão-de-obra para o mercado, preparar os trabalhadores para o mundo do trabalho ou, também, de preparar cidadãos conscientes das contradições do mundo do trabalho, conscientes do conflito histórico entre capital e trabalho? Pois o trabalho, para muitas pessoas, faz parte da sua vida. Segundo mais uma trabalhadora: “Eu me irrito porque eu sempre trabalhei e eu não consigo mais. Eu me criei sempre trabalhando, daí é difícil não ser mais assim.” (trabalhadora de limpeza) (GHISLENI; MERLO, 2005, p.174).

Segundo Ghisleni e Merlo (2005, p.174), apesar da doença, os trabalhadores permanecem impulsionados a trabalhar, mesmo que “presos à dominação capitalista produtiva, visto que essa é a única maneira de darem sentido às suas existências, permanecerem integrados à sociedade e serem cidadãos”.

Voltando a Lukács, uma posição teleológica envolvida aqui é a política e econômica, que também contém contradição, pois se, por um lado, o trabalho sofre influências da política econômica, por outro lado, constitui em sentido de vida e de sobrevivência, é trabalhando que o sujeito se sente integrado à sociedade, se sente cidadão.

Se, para os trabalhadores, a única forma de usufruírem dos bens do sistema produtivo é trabalhando, o que também lhes confere um sentido de vida, de dignidade, ao perderem o trabalho, perdem tudo.

Segundo Ghisleni e Merlo (2005), os sujeitos entrevistados dizem que é por meio do trabalho que podem suprir as necessidades construídas pelo próprio capitalismo e, também, se integrarem à sociedade e ainda terem prazer em suas atividades profissionais. Acrescentam que:

O conceito de trabalho desses indivíduos carrega um código moral configurado por uma ética. A ética do trabalho, entendida como um “regime de verdade”, apresenta tanto a função social de constituir os processos identificatórios, que dão sentido à própria existência, como a função de legitimar as formas de dominação do capitalismo (NARDI, 2002 *apud* GHISLENI; MERLO, 2005, p.173).

Enquanto uma posição teleológica cultural e moral, o trabalho carrega em si, para o trabalhador, o valor construído de pai para filho, mesmo que no modelo capitalista este venha sendo desvalorizado no que diz respeito ao salário que se paga ao mesmo, ou pela forma na qual se configura a organização do trabalho, ainda se mantém um código de ética do trabalho, que persiste na busca da afirmação deste enquanto atividade e aí nos leva a

remetermos a Marx, pois ao trabalhar o homem põe em movimento suas forças físicas e mentais, transforma a natureza e se transforma e isso ainda não foi tirado totalmente do homem pelas máquinas. É, portanto, essa dimensão do trabalho que não devemos perder de vista, mesmo na sociedade capitalista.

Outra referência sobre as impressões de trabalhadores informais sobre o seu trabalho é a de Organista (2006), que em sua pesquisa realizada com camelôs identifica, através de relatos dos entrevistados, sentimentos positivos dos mesmos em relação ao seu trabalho, que, além de informal, é realizado em condições adversas. Porém, tal informalidade e adversidade não deixam que um dos entrevistados se refira ao seu trabalho considerando a dimensão social, relacional, afetiva que este proporciona, quando diz que o trabalho, para ele, é “[...] distração, alegria, relacionamentos com os amigos, fregueses etc.”, ou considerando a dimensão de sentido de vida presente e futura, de realização que o trabalho possibilita quando diz que:

[...] o trabalho é tudo, não só dinheiro, é uma vida, faz parte da vida, do ciclo da vida, tem que ter o trabalho para ser um ser vivo, quem não tem trabalho é um ser morto [...] quem não trabalha não pensa no amanhã, o futuro não existe, só vive o presente (Fernando, 34 anos, casado, cinco filhos, 2º grau completo, trabalhando como camelô desde 1994).

Assim, o trabalho, além de garantir a sobrevivência, dá sentido à vida, dá esperança de futuro, possibilita relações de amizade e, também, bons sentimentos.

Desse modo é que se faz necessário compreender o trabalho na sua complexidade, totalidade, historicidade, contraditoriedade e no movimento de transformação do mundo do trabalho e da sociedade em geral, pois para manter o nível elevado de produção, a organização do trabalho capitalista reinventa formas, combina modelos de organização, mobiliza a subjetividade dos trabalhadores.

Em seu artigo intitulado: *Paradoxos do capitalismo e Trabalho em Call Centers: Brasil, Portugal e Cabo Verde*, Cinara L. Rosenfield diz que o legado taylorista em *Call Centers*, por exemplo, se deve ao fato de que:

a) os tempos são cronometrados nos segundos (inclusive as pausas e a produtividade), até mesmo com muito mais fineza e precisão do que era possível no trabalho Taylorista; b) há um forte controle dos movimentos e gestos [...]; c) o próprio processo de trabalho é constantemente monitorado e controlado [...]; d) há uma importante rotatividade de operadores; e) a organização do trabalho em postos individualizados de atendimento impõe a individualização do trabalho, de maneira que os operadores devem se remeter sempre à supervisão e nunca aos pares (ROSENFELD, 2007, p.460).

Ou seja, na busca do lucro, a organização do trabalho no capitalismo combina ou adapta modelos que até então pareciam superados. Assim é que se faz necessária a compreensão das mudanças ocorridas no mundo do trabalho por todos os trabalhadores.

A escola tem um papel fundamental nesse processo. Daí, tomar o trabalho como princípio educativo significa compreendê-lo enquanto categoria histórica, que vem se transformando a partir do processo de desenvolvimento científico e tecnológico, político, social, econômico e cultural da sociedade, numa relação de determinante e de determinado, ou seja, ao mesmo tempo,

estas categorias, ao se transformarem, determinam mudanças umas nas outras, positivas e negativas. Compreender esse processo pode possibilitar aos trabalhadores criarem estratégias de combate às diversas formas de exploração, alienação, pressão, precarização no e do trabalho, pois, segundo Rosenfield (2007, p.448),

No nosso entendimento, o trabalho tem um papel insubstituível no processo de elaboração da imagem de si, e a cooperação resultante da integração pelo trabalho engaja o ator no futuro coletivo. O trabalho participa na construção do elo social, uma vez que ele funda a autonomia social das pessoas. Para Peret (1998), é o caráter especificamente humano do trabalho – e, portanto, mais nobre – que serve de competência insubstituível, a saber: (1) a capacidade de interpretar uma informação em função da totalidade de elementos do contexto; (2) a imaginação, a capacidade de inventar novos mundos de inacreditável complexidade; e (3) a capacidade de entrar em comunicação e em simpatia com seus semelhantes, de conquistar a confiança dos outros. Mas também existirá o trabalho “sujo” e manual a fazer.

Aqui aparecem as dimensões positivas e negativas do trabalho, sendo que o trabalho “sujo” pode ser entendido, no capitalismo, como o trabalho insalubre, alienado, sob pressão, tendo em vista o lucro, a competitividade burra, as horas excessivas e improdutivas de trabalho, o controle, enfim, todas as formas que têm sido usadas na organização do trabalho no capitalismo para aumentar a produtividade e o lucro, ou seja, no capitalismo, a ciência, a tecnologia e o trabalho são usados para a produção do lucro e não para a emancipação humana.

#### **O DEBATE SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO**

Em relação ao debate sobre a centralidade do trabalho, Organista (2006) apresenta a fragilidade dos argumentos dos teóricos sobre o fim da centralidade do trabalho, ou seja, segundo Organista (2006, p.128), Gorz, Offe e Kurz

primeiro criam uma identidade entre trabalho e emprego, deixando escapar a existência de processos valorativos e históricos que operam uma distinção qualitativa entre essas categorias. Segundo, não existe nessas abordagens uma clara distinção entre o trabalho como valor de uso – atividade presente em todas as formas de organização social – e o trabalho abstrato, produtor de mais-valia e historicamente datado. Por fim, em virtude das confusões anteriores, esses autores, sem as devidas mediações, se permitem falar do fim da centralidade política dos trabalhadores, bem como da perda da centralidade cotidiana do trabalho.

Em relação a André Gorz, Organista (2006) toma por referência a obra *Adeus ao proletariado*, publicada no Brasil em 1982 e na qual Gorz dá uma guinada em seus escritos que prevaleceram até a década de 1970. Para Gorz, a sociedade podia ser vista através do modelo da fábrica e a classe operária como o único sujeito da transformação social, para uma nova tese na qual, tendo em vista a crise do capitalismo nos países desenvolvidos, a velha classe de operários teria sido substituída por uma nova classe de “não-classe de não-trabalhadores”. Nessa classe estariam “as pessoas expulsas do mercado de trabalho formal assalariado, desempregados, trabalhadores em tempo parcial e temporários, pelo incremento do processo de automação e informatização” (ORGANISTA, 2006, p.33-34).

Para Organista (2006), o erro de Gorz é confundir trabalho com emprego e que, ao contrário do que este afirma, a sua “não-classe de não-trabalhadores”, caracterizada como os trabalhadores em tempo parcial e



temporário, não está desvinculada do processo produtivo. “O capital não está abolindo o trabalho. Ele está, isto sim, utilizando-se da força de trabalho de forma diferenciada” (ORGANISTA, 2006, p.37-38).

Outro aspecto que leva Gorz a tal erro, segundo Organista (2006), é o fato de este compreender trabalho como atividade assalariada, associando de forma imediata trabalho/emprego.

Em relação à discussão de Claus Offe, segundo Organista (2006), a perda da centralidade do trabalho se deve ao fato de que as transformações ocorridas a partir do último quartel do século 20, que promoveu o declínio das ocupações do setor secundário, do desemprego estrutural, do avanço da racionalidade técnica e da diminuição do emprego assalariado, provocaram a crise da sociedade do trabalho e, conseqüentemente, a perda da centralidade do trabalho assalariado como fator de integração social e a diminuição política dos trabalhadores. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, segundo Offe, levaram à perda da sua centralidade na vida das pessoas, o que é um erro para Organista, pois estas transformações sustentam a mesma lógica de valorização do capital. Elas mantêm a produção e toda a lógica de acúmulo de capital do sistema capitalista, ou seja, a nova organização do trabalho e as novas formas de trabalho: *part time*, informal, terceirizado, em domicílio, cooperado, correspondem ao modelo de organização flexível do trabalho na nova fase do capitalismo, o neoliberalismo. Não é a atividade trabalho que está acabando e perdendo sua posição central na sociabilidade humana, mas, sim, a forma de organização do trabalho e das relações de trabalho, tanto no interior dos processos produtivos, como na sociedade em geral. Assim, tanto Offe como Gorz reduzem trabalho a emprego e o deslocam de sua posição central privilegiada. Para Organista (2006), mesmo que esses autores pensem contrariamente, o trabalho continua como referencial e instrumento de análise do mundo social. Além disso,

contra as aparências, poderíamos opor a argumentação segundo a qual é a própria centralidade do trabalho que se determina enquanto descentramento no não-trabalho, ou seja, a centralidade do trabalho constitui-se na unidade contraditória envolvendo trabalho e não-trabalho (BRAGA, 1997 *apud* ORGANISTA, 2006, p.73).

Essa unidade contraditória se explicaria pelas questões que envolvem as diversas formas de trabalho atuais que contêm aspectos positivos e negativos? Pelas possibilidades abertas pelo debate em torno da diminuição do tempo de trabalho e aumento do tempo livre? Pelas formas de teletrabalho ou trabalho à distância? Enfim, a complexidade do mundo do trabalho abre diversas possibilidades de análise, porém não retiram o trabalho de uma primeira posição teleológica em torno da qual se orientam posições teleológicas secundárias, como já foi apresentado, com base em Lukács.

Em relação a Robert Kurz, Organista (2006) diz que este afirma que o trabalho que está em crise é o trabalho abstrato, aquele que produz valor de troca. O argumento de Kurz parte do avanço tecnológico que a partir de 1970 eleva a produtividade, sem necessitar, aparentemente, da força-de-trabalho barata, como fator de suma importância. Assim, “o incremento de trabalho morto no processo produtivo do capitalismo concorrencial mundializado produz barreiras de entrada para o trabalho vivo de baixa produtividade” (ORGANISTA, 2006, p.90).

Porém, para Organista (2006, p.91),

o capital não perdeu sua capacidade de explorar, trouxe para seu domínio formas de trabalho em domicílio, o precário e part-time, expandindo o processo de informalização do trabalho – sem que isso signifique o fim do assalariamento – para além dos limites dos países do Terceiro Mundo, ou seja, para o próprio núcleo central do capitalismo.

Um exemplo citado pelo autor são as fábricas de calçados e confecções, que geralmente possuem sua produção externalizada ou terceirizada.

Enfim, concordando com Organista, a precarização do trabalho não atingiu apenas os trabalhadores produtivos, mas também a circulação de mercadoria e a prestação de serviços, como no caso da educação à distância, por exemplo.

Em relação a Habermas, a tese deste autor é de que a linguagem constitui-se como fundamento das interações com construção de vínculos valorativos entre os indivíduos.

[...] é na esfera do agir comunicativo – do mundo da vida -, que se estrutura o sistema social humano, enfim, a vida concreta, possibilitando a integração social que, por consequência, põe em prática o trabalho social. Esse procedimento desloca o trabalho de seu papel predominante e põe a linguagem em seu lugar (ORGANISTA, 2006, p.111).

Habermas, segundo Organista (2006), não só desconsidera o trabalho como categoria fundamental para a compreensão das relações sociais, como não vê que o capitalismo em sua dinâmica de desenvolvimento intensificou a exploração e a precarização da força global de trabalho, colocando novas formas de relações sociais baseadas em hierarquizações funcionais mais definidas, distâncias sociais maiores e problemas sociais mais graves que mais distanciam do que aproximam no sentido de um agir comunicativo. Ao dar primazia ao agir comunicativo em relação ao agir instrumental, Habermas desconsidera o processo de reestruturação produtiva, de reorganização do trabalho ao quais trabalhadores e sindicatos não têm dado conta de dar respostas no que diz respeito a ofensivas e, como diz o autor, de um agir comunicativo que produza resultados em favor dos trabalhadores.

Nesse sentido, então, é que se volta a Lukács, pois este, segundo Organista (2006, p.127), diz que “o trabalho ocupa lugar central para se entender a complexidade das relações sociais”. Este é o mediador homem/sociedade-natureza e permite o salto do ser meramente biológico para o ser social. É o trabalho que permite ao homem responder às necessidades básicas de existência. Retornando a Marx (2002), o trabalho é central na relação homem-natureza e na sua constituição enquanto ser social, pois, ao trabalhar, o homem põe em movimento corpo e mente para apropriar-se e transformar a natureza, dando utilidade a esta e, nesse processo, modifica a natureza e a si próprio.

Organista (2006, p.138), diz que “há uma relação dialética entre dominação e dependência, entre homem que, no pôr teleológico, age transformando a natureza, mas que também por ela é transformado, posto que precisa conhecê-la para pôr causalidades” e acrescenta dizendo que denomina esse processo de teleologias primárias e que estas “dão sustentação para a objetivação da vida genérica do homem”, gerando outras posições

teleológicas indispensáveis à reprodução social, que seriam as posições teleológicas secundárias como: a práxis política, a religião, a ética, a arte, a cidadania, o direito etc.

Em relação aos argumentos de Antunes (2002), Organista (2006) analisa as cinco teses do autor a partir das quais defende a centralidade do trabalho, são elas: existe uma metamorfose no mundo do trabalho; o trabalho tem uma dimensão ontológica; refuta o arrefecimento das ações de classe e, por extensão, a perda de sua potencialidade anticapitalista; assevera a possibilidade de uma transformação classista do sistema produtor de mercadoria - mesmo reconhecendo a sua intensa metamorfose e defende que o fenômeno do estranhamento continua presente justamente pela persistência “dos antagonismos entre o capital social e a totalidade do trabalho”. Após analisar cada tese de Antunes, Organista (2006, p.138) conclui dizendo que para esse autor “o conflito capital/trabalho permanece central, podendo se apresentar de formas diversas, de acordo com cada país, região e cultura” e que este “defende a possibilidade de uma efetiva emancipação humana do e pelo trabalho [...]”.

#### **A PRIORIDADE ONTOLÓGICA DO TRABALHO - SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO**

Retomando Lukács (*apud* ORGANISTA, 2006), este, após Marx, considera o trabalho como categoria ontológica fundamental, mas acredita que não há uma redução da sociabilidade ao trabalho. É justamente nesse ponto que a discussão de Lukács avança no sentido de, mantendo a categoria trabalho como fundamental, considerar a sociabilidade e a fala como categorias que se estruturam a partir, no e para uma sociabilidade global que inclui trabalho, sociabilidade e fala, sendo que o trabalho não prescinde da fala e da sociabilidade.

Com base nessa tese de Lukács (*apud* ORGANISTA, 2006), postula-se que ainda é pertinente a categoria trabalho como fundamental para a explicação das relações sociais, bem como desta como princípio educativo. Porém, tal compreensão pressupõe entender o processo de desenvolvimento do capitalismo, bem como as diversas formas de apropriação por este do trabalho humano.

Para Lukács (1978, p.87), “o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento das suas capacidades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo”; e acrescenta que durante longo tempo o trabalho se apresenta como o único âmbito desse desenvolvimento humano e que todas as demais formas de atividade do homem só se apresentaram como autônomas após o trabalho ter atingido um nível relativamente elevado. Sem dizer com que as demais atividades se ligam ao trabalho, diz sobre a prioridade ontológica do trabalho, sem, contudo estabelecer hierarquias, e afirma:

Interessa-nos exclusivamente afirmar que tudo aquilo que no trabalho e através do trabalho surge de expressamente humano constitui, precisamente, aquela esfera do humano sobre a qual – direta ou indiretamente – baseiam-se todos os valores (LUKÁCS, 1978, p.87).

Sendo assim, um processo formativo no qual a categoria trabalho constitui-se como princípio educativo possibilita a reflexão acerca dos princípios que orientam as posições teleológicas primárias e secundárias, na perspectiva de compreender se estas se constituem, tendo em vista a emancipação ou a exploração dos trabalhadores e o que precisa ser feito para evitar a exploração e construir alternativas de emancipação.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelo exposto, afirma-se que a categoria trabalho, enquanto primeira posição teleológica em torno da qual se articulam para o processo de sociabilidade outras posições teleológicas secundárias, mas não menos importantes, constitui-se conteúdo importante no processo educativo.

Para a relação trabalho-educação, essa compreensão leva ao entendimento do trabalho não apenas como atividade produtora de mercadoria, mas atividade humana de produção da sociabilidade humana que comporta não apenas a produção de valores de troca, mas de valores de uso no contexto contraditório da sociedade capitalista.

Nesse sentido, tomada a análise da categoria trabalho nessa perspectiva, acredita-se que a formação a partir e para o trabalho pode levar à compreensão de todos os aspectos que envolvem o processo de sociabilidade humana, ou seja, o trabalho, a política, a cultura, a tecnologia, a própria educação, bem como a compreensão da necessidade de superação das contradições do capitalismo.

Outro aspecto é que, ao compreender o trabalho como parte do processo de sociabilidade humana, no contexto dialético no qual ele se dá, remete-se, também, à perspectiva de uma práxis social, se apoiada numa prática educativa que tenha por objetivo a emancipação humana. Assim, as possibilidades de construção de processos formativos que partam da práxis social para uma práxis transformadora, tendo em vista a emancipação humana, podem se tornar mais reais, ou seja, podem recolocar o trabalho como processo da sociabilidade humana, ainda na sociedade capitalista, para a emancipação, pressupõe um processo formativo que tome a análise dessa categoria apoiada numa perspectiva de educação emancipatória, tendo em vista uma práxis transformadora.

No que diz respeito à Educação Profissional, as questões apresentadas pelos teóricos, neste texto, apontam para a necessidade de uma inserção maior do conteúdo social no processo de educação profissional, ou seja, os problemas da humanidade atualmente têm requerido, além do domínio de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos, o conhecimento dos problemas sociais dos diversos ramos de trabalho, bem como um compromisso político-social dos profissionais com os mesmos. Essa consideração implicaria tomar a categoria trabalho na educação profissional em sua dimensão social e não apenas como atividade técnica profissional que produz mercadorias, valor de troca, mas, principalmente, como trabalho humano para produção de valores de uso, com implicações sociais, políticas e econômicas. Enfim, a sociedade precisa ter confiança nos profissionais que

saem das escolas e estes têm que ter um compromisso social para com as pessoas para quem trabalham.

Outra questão importante é que, como atividade de transformação da natureza para a satisfação das necessidades humanas, dependemos sempre do trabalho do outro. Sendo assim, é importante que desde a infância aprendamos a respeitar e valorizar o trabalho de todos. Assim, ao estudar desde a infância o trabalho enquanto atividade humana, a criança poderá desenvolver atitudes mais cooperativas em casa no que diz respeito às atividades domésticas, bem como aprender a valorizar o trabalho dos outros, evitando, por exemplo, atitudes tão frequentes atualmente de assédio moral no trabalho.

#### REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

GHISLENI, Angela Peña; MERLO, Alvaro Roberto Crespo. Trabalhador Contemporâneo e patologias por hipersolicitação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.18, n.2, p.171-176, 2005.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Victor Civita/Abril Cultura, 1974. Coleção Os Pensadores, Seleção de José Arthur Gianotti.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Assalariado e Capital**. São Paulo: Global Editora, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Livro I, v.1.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROSENFELD, Cinara L. Paradoxos do Capitalismo e Trabalho em Call Centers: Brasil, Portugal e Cabo Verde. **Caderno CHR**, Salvador, v.20, n.51, p.447-462, set.-dez. 2007.